

MEMÓRIA SOCIAL E GÊNERO: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS CLANDESTINAS DE ESQUERDA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR EM FORTALEZA (1968-1972).

Athaysi Colaço Gomes
Bárbara de Alencar
E-mail: athaysicolaco@gmail.com

RESUMO: A cidade de Fortaleza, capital do Ceará, foi palco de constantes conflitos violentos envolvendo os militares e os estudantes universitários que se opuseram a implantação da ditadura civil-militar no Brasil nas décadas de 60 e 70 do século XX. Nesse contexto, a participação das mulheres nas organizações clandestinas de esquerda em Fortaleza constituiu uma opção de intervenção política que foi duplamente transgressora: contra a ditadura militar e contra o papel social que se esperava das mulheres. Buscar compreender a construção de uma memória social dessas mulheres sobre sua participação em organizações de resistência ao regime de exceção instalado no Brasil é a proposta desse artigo. A memória é aqui entendida como um imbricado processo de articulação entre recordação e esquecimento que perpassa a construção das representações acerca de si e do tempo. A partir do uso de depoimentos e da metodologia da história oral, objetiva-se problematizar de que modo a experiência de diversas mulheres em organizações clandestinas de resistência a ditadura militar contribuiu para construir subjetivamente suas memórias sociais e suas representações identitárias.

PALAVRAS-CHAVE: Memória social. Gênero. Ditadura civil-militar.

SOCIAL MEMORY AND GENDER: WOMEN'S PARTICIPATION IN ORGANIZATIONS LEFT CLANDESTINE POLICIES DURING THE CIVIL - MILITARY DICTATORSHIP IN FORTALEZA (1968-1972).

ABSTRACT: The city of Fortaleza, capital of the state of Ceará, had been the center stage of violent sustained troubles involving the military power and students from universities who resisted against the military and civil dictatorship during the 60s and 70s. In this context, the women took part on the underground organizations in Fortaleza and this was an option of political intervention, which was double offender: against the military dictatorship and the role the society expected women would play. The search for understanding the building of a social memory of these women over their participation on this resistance organization that had been installed over the country is the purpose of this paper. The memory is taken as a process as remembering and oblivion of the past and get through the building of behalf from themselves and the time. The testimonials and the oral history method were used, and the goal is to check the several experiences from these women and how they contributed to make their social memories and their identity representations.

KEYWORDS: Social memory. Gender. Military and civil dictatorship.

Em 1964, no Brasil, foi deflagrado um golpe militar apoiado pelos grupos sociais abastados. Houve, a partir de então, uma intensa mudança na política nacional. Os governos militares intervieram diretamente na sociedade brasileira a fim de controlar as manifestações contrárias ao seu regime autoritário e consolidar a hegemonia militar no quadro político brasileiro.

No Ceará, o então governador do Estado, Virgílio Távora, seguiu a tendência conservadora e governou com o apoio das elites locais, tendo inclusive demitido alguns de seus auxiliares de governo por estes serem suspeitos de terem ligações com os ideais comunistas, contudo, essas reformulações políticas não foram aceitas passivamente pela população cearense.

A cidade de Fortaleza, durante a década de 60 do século XX, foi palco de constantes conflitos violentos envolvendo os militares e os estudantes universitários, que possuíam maior participação numérica nesses conflitos, tendo os centros acadêmicos ou diretórios estudantis como palco das tomadas de decisões e estruturação dos mecanismos de ação da luta contra a ditadura.

Na contra mão dos papéis construídos socialmente para assumirem, a participação das mulheres nas organizações de esquerda em Fortaleza constituiu uma opção de intervenção política que foi duplamente transgressora: contra a ditadura militar e contra o papel social que se esperava das mulheres. Conforme nos ressalta Ana Maria Colling:

“A história das mulheres é uma história recente porque até bem pouco tempo ela era somente uma representação do olhar masculino. Por esse motivo, para se falar em história política das mulheres ainda é necessário desconstruir os papéis historicamente designados ao masculino e ao feminino. A história da repressão durante a ditadura militar brasileira também foi uma história de homens e as relações de gênero não estavam aí excluídas. Ousar adentrar o espaço público, privado, masculino foi o que fizeram estas mulheres ao se engajarem nas diversas organizações clandestinas existentes no Brasil durante a ditadura militar. A mulher militante cometia dois pecados aos olhos da repressão: o de se insurgir contra a política golpista, fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado socialmente à mulher, rompendo os padrões estabelecidos para os dois sexos. Faziam política, coisa de homens e invadiam o espaço público” (COLLING, 2004, p. 01).

A proposta deste artigo é incluir a figura da mulher como protagonista ativa dos movimentos de contestação a ditadura civil-militar em Fortaleza a partir do relato das suas experiências enquanto membros das organizações clandestinas de

esquerda. O período a ser estudado compreende os anos de 1968 a 1972, objetivando compreender as consequências do endurecimento do regime, alavancado pelo Ato Institucional nº 5 (A.I-5) até a fragmentação do movimento com o exílio de muitos membros, mortes e prisões de outros tantos.

As mulheres também participaram desse debate nas organizações clandestinas e realizaram ações armadas, desconstruindo o mito do “sexo frágil”. Incluir a participação feminina na produção historiográfica sobre as organizações clandestinas que faziam oposição à ditadura civil-militar em Fortaleza visa reconhecer e analisar a participação das mulheres nesses espaços políticos. Espaços estes socialmente construídos como de uso exclusivamente masculino, já que às mulheres era reservado o espaço privado e “sagrado” do lar. Esforçar-se para compreender as implicações dessa participação feminina é ampliar a própria noção histórica a respeito dos sujeitos que a constituem.

Nesse sentido, é cabível questionar: de que maneira as memórias construídas pelas mulheres militantes auxiliam na compreensão de suas ações enquanto sujeitos históricos? Ou conforme Silvia Salvatici:

“Como memória de mulheres altera a hierarquia das significações históricas? Que vozes são espelhadas na memória coletiva? De quem são os testemunhos que ganham espaço no cenário público? Nessa perspectiva, qual o papel desempenhado pela divisão de gênero? E como a memória pública influencia a pesquisa histórica?” (SALVATICI, 2005, p.33).

Buscar compreender a participação dessas mulheres em organizações de resistência ao regime de exceção instalado no Brasil é, então, analisar as experiências e construções subjetivas da realidade das mesmas.

O objetivo não é obter uma análise a respeito da ditadura militar que difira completamente das análises que se utilizem apenas de relatos das experiências dos homens. Não se procura opor, dicotomicamente, experiências masculinas e femininas, mas articular as construções mnemônicas das experiências das mulheres enquanto sujeitos históricos, fugindo da aparente neutralidade do sujeito homem, tomado como universal. As experiências humanas, femininas e masculinas, vivenciadas durante a ditadura militar foram múltiplas e sua reconstrução social pela memória perpassa o terreno da subjetividade. Ambas, experiência e reconstrução da memória, foram marcadas significativamente pelas relações de gênero.

No intuito de analisar as relações de gênero, a proposição do mesmo como categoria analítica pela historiadora Joan Scott mostra-se bastante elucidativa. A autora traz a questão da análise do corpo e das próprias diferenças sexuais como elementos portadores de significados elaborados socialmente e partilhados culturalmente. Scott retira o corpo do domínio exclusivo da natureza e o insere como elemento constitutivo dos domínios sociais. “Gênero é a organização social da diferença sexual percebida. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais.” (SCOTT, 1994, p. 13).

As experiências das mulheres nas organizações políticas clandestinas que faziam oposição a ditadura civil-militar em Fortaleza marcou sobremaneira a memória das militantes sobre esse momento de suas vidas. Isso fica claro no depoimento de Helena Serra Azul, ex-militante da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Ação Popular (AP) em entrevista realizada no dia 14 de maio de 2013:

“Uma das vezes em que fui presa, eu estava grávida e uma das torturas que eles usaram foi ameaçar de aborto que é uma ameaça de gênero, de sexo, porque quem engravida é a mulher. A acusação do procurador militar é toda porque eu sou mulher. Ele diz que eu sou uma irresponsável, porque eu estava grávida e no lugar de estar em casa cuidando do meu filho, eu era uma mãe desnaturada. Ele não fez uma acusação do ponto de vista político, eu fui julgada porque eu estava grávida e estava lutando contra a ditadura” (AZUL, 2013, ?).

A partir do depoimento da ex-militante, é possível inferir que aos olhos dos militares as ações de resistência praticadas pelas mulheres eram duplamente passíveis de acusação, visto que elas não estavam agindo conforme os papéis considerados “naturais” a serem desempenhados pelo gênero feminino. No discurso repressor dos militares, a transgressão feminina ao participar dos espaços políticos tinha de ser censurada, pois ameaçava o equilíbrio social dos papéis a serem desempenhados pelo homem e pela mulher. Conforme Michele Perrot (1998, p. 7): “A mulher pública constitui a vergonha, a parte escondida, dissimulada, noturna, um vil objeto, território de passagem, apropriado, sem individualidade própria”.

A construção mnemônica feita pelas mulheres ex-militantes políticas perpassa os elementos da elaboração de representações sociais evocadas pelo discurso memorialista no qual as relações de gênero estão presentes, pois estão

intrinsecamente ligadas às experiências dessas mulheres enquanto sujeitos históricos.

O fazer historiográfico é uma constante representação sobre o que aconteceu. Na história oral, essa representação é obtida a partir da análise das memórias e dos discursos dos entrevistados. A memória, então, atua como um elo entre os tempos históricos (passado e presente) ressignificando os fatos e a história procura, a partir da memória, construir uma representação acerca destes. História e memória atuam no mesmo sentido de atribuir significado ao passado, contudo a memória opera no interior de cada indivíduo o processo de evocar o passado e fazê-lo ter sentido no presente.

Quando esta operação torna-se matéria-prima para a história, as memórias deixam de ser referentes apenas ao indivíduo e passam a integrar a produção histórica. Antônio Torres Montenegro nos explicita:

“O tempo histórico não é o tempo vivido. A história escrita, documentada, distingue-se do acontecido; é uma representação. E neste hiato entre o vivido e o narrado localiza-se o fazer próprio do historiador” (MONTENEGRO, 1994, p. 16).

A memória passa, então, a fazer parte integrante da história e essa relação, bastante ambígua, torna-se essencial para a compreensão do passado.

A memória ou o ato de recordar interliga o pessoal e o social. A construção das representações do passado é subjetiva, portanto, muito direcionadas ao indivíduo que recorda, no entanto essa recordação é baseada em estruturas socialmente adquiridas como a linguagem e coletivamente partilhadas através da comunicação. (FENTRESS; WICKHAM, 1992)

A memória, assim como a História, também é uma construção sobre o fato passado e essa construção permeia vários aspectos: coletividade, individualidade, subjetividade, psicologismo. Analisar essas memórias e esses discursos nos permite, também, representar as narradoras, pois:

“Quando recordamos, elaboramos uma representação de nós próprios para nós próprios e para aqueles que nos rodeiam. [...] a maneira como nos apresentamos nas nossas memórias e [...] a maneira como transmitimos essas memórias a outros é o estudo da maneira como somos” (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 20).

Ainda segundo esses autores, memória como fato social está sujeita a esquecimentos, manipulações e modificações diversas, sendo assim, os discursos

proferidos refletem o lugar social de quem fala e de que forma os acontecimentos posteriores ao fato lembrado foram interiorizados por esse sujeito.

Os discursos memorialistas fornecem ao entrevistado e ao historiador uma construção representativa da realidade histórica. Para analisar as representações sociais que permeiam os discursos, Roger Chartier analisou como as práticas e as representações são construídas. As representações elaboradas pelos indivíduos são interpretações subjetivas da realidade, sendo que esta realidade só existe no nível das representações. O que Chartier nos propõe é a inacessibilidade da apreensão total do real, visto que a elaboração da realidade é uma representação da mesma estruturada pela prática social (CHARTIER, 1991). “Assim, as práticas só possuem sentido quando representadas, se existir a verdade, ela se situa entre as práticas e as representações” (GUARATO, 2010). A construção da memória social das apresenta ao pesquisador uma construção subjetiva da realidade e das práticas sociais representadas. A Memória Social atua como geradora de sentido às práticas sociais.

A construção das representações do passado é subjetiva, portanto, muito direcionadas ao indivíduo que recorda, no entanto essa recordação é baseada em estruturas socialmente adquiridas como a linguagem e coletivamente partilhadas através da comunicação. O próprio ato de recordar é feito a partir do modo como socialmente a memória é tratada e de sua utilidade perante determinado grupo social. A memória direciona o que é recordado conforme os objetivos de quem recorda para então ser transmitida socialmente.

As recordações da entrevistada supracitada elucidam a imbricação dos conceitos de memória social e gênero. O processo mnemônico não consiste somente no ato de evocar a experiência passada no momento da lembrança. As recordações das mulheres são permeadas pelas questões relativas ao gênero e às implicações sociais de ousar romper com os padrões pré-estabelecidos do “ser mulher”. Portanto, a construção da memória social das mulheres que atuaram em movimentos de contestação a instação da ditadura civil-militar no Brasil se relaciona com suas experiências, pois estas só podem ser entendidas a partir da problemática de gênero.

As construções das memórias sociais de homens e mulheres que vivenciaram o mesmo período são diversas não somente porque as experiências humanas por si

só são diversificadas, mas porque essa experiência é marcada pelas construções e hierarquizações de gênero que a sociedade constrói.

REFERÊNCIAS

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: **Estudos Avançados**, Vol. 5 n.11, 1991. Disponível em: <<http://goo.gl/WsRcY>>. Acesso em: 24 mai. 2013.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos tempos, 1997.

FARIAS, Airton de. **Além das armas**: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72). Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2007.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória Social**: novas perspectivas sobre o passado. Trad. Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GUARATO, Rafael. Por uma compreensão do conceito de representação. **História e-História**, 2010. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=127>>. Acesso em: 24 de maio de 2013.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 1994.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. Trad. Maria Terezinha Janine Ribeiro in **Projeto História**, n. 10. São Paulo: PUC, 1993. p. 7-28.

PERROT, Michele. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Unesp, 1998. P.7.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. in **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História oral**: Revista da Associação Brasileira de História Oral. v. 8, n. 1, 2005, p.29-42.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Àvila. New York: Columbia, University Press, 1988.